

Educação, sindicalismo revolucionário e anarquismo nos Congressos Operários Brasileiros (1903-1921)

Educación, sindicalismo revolucionario y anarquismo en los congresos de trabajadores brasileños (1903-1921)

Antonio Felipe da Costa Monteiro Machado*

Resumo: O movimento operário brasileiro ganha contornos significativos ao longo de toda a Primeira República. Esse avanço se expressa pela organização de três grandes Congressos Operários Brasileiros (1906, 1913 e 1920). Entre as diversas iniciativas desenvolvidas pelas associações sindicais no período, uma que merece atenção especial certamente é a proposta educacional voltada para os trabalhadores e seus filhos. O presente artigo tem como tema a relação entre estas iniciativas educacionais operárias e as estratégias políticas deliberadas durante os três congressos operários, onde o papel de uma tradição sindicalista revolucionária de influência anarquista será fundamental para o desenvolvimento dessas atividades.

Palavras-chave: movimento operário, educação, sindicalismo revolucionário.

Resumen: El movimiento obrero brasileño gana contornos significativos en toda la Primera República. Este avance es expreso por la organización de tres congresos principales de trabajadores de Brasil (1906, 1913 y 1920). Entre las diversas iniciativas desarrolladas por las asociaciones sindicales en el período, una que merece especial atención es sin duda la propuesta educativa dirigida a los trabajadores y sus hijos. Este artículo tiene como tema la relación entre estas iniciativas educativas de los trabajadores y las estrategias políticas deliberadas durante los tres congresos de trabajadores, donde el papel de una tradición sindicalista revolucionaria de influencia anarquista será fundamental para el desarrollo de estas actividades.

Palabras clave: movimiento obrero, educación, sindicalismo revolucionario.

* Bacharel e licenciado na área de História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Educação e sociedade na Primeira República

Na Primeira República brasileira, havia uma demanda educacional crítica entre as classes mais exploradas. A instauração do regime republicano representou o fortalecimento da já hegemônica economia cafeeira no país. Na esfera política, por sua vez, significou um agravamento da descentralização do poder político. Tal quadro se reflete no campo educacional, pois “Com a Proclamação da República em 1889 e o conseqüente advento do regime federativo, a instrução popular foi mantida sob a responsabilidade das antigas províncias, agora transformadas em estados” (SAVIANI, 2007, p. 161). O poder central republicano não assumia para si a responsabilidade pela educação do país, da mesma forma que ignorava as outras demandas sociais. No geral, o Estado brasileiro mantinha uma postura ortodoxamente liberal. Maria Elizabeth Xavier debate a questão, dizendo:

Pareceres de Rui Barbosa, que vinculam a escola ao trabalho, progresso a democracia. Refletiam, ao que tudo indica, uma preocupação com a adequação do discurso educacional ao discurso político e pareciam expressar, mais que uma proposta de renovação social, o desconforto das elites intelectuais “progressistas”, diante de um índice de analfabetismo que punha a descoberta do “atraso” do país. (XAVIER, 1990, p. 61)

Dessa forma, ainda que alguns setores apontassem a necessidade de uma transformação desse quadro, isso pouco se refletia na prática. O sistema brasileiro de educação encontrava-se diminuto e desorganizado, sem qualquer tipo de organicidade político-pedagógica.

Primeiro, no âmbito material, não havia um financiamento suficiente para a implementação de um projeto educacional no país. Segundo, em uma época de grande efervescência ideológica e de eminência de diversas teorias, como era a virada dos séculos, não havia um consenso mínimo necessário para vigorar qualquer um desses projetos. Saviani conclui:

[...] as dificuldades para a realização da ideia de sistema nacional de ensino se manifestaram tanto no plano das condições materiais como no âmbito da mentalidade pedagógica. Assim, o caminho da implantação dos respectivos sistemas nacionais de ensino, por meio do qual os principais países do Ocidente lograram universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo, não foi trilhado pelo Brasil. E as conseqüências desse fato projetam-se ainda hoje, deixando-nos um legado de agudas deficiências no que se refere ao atendimento das necessidades educacionais do conjunto da população (SAVIANI, 2007, p. 83).

Não havendo interesse de ordem política nem econômica no investimento e na implementação de uma política educacional no país, a chamada “República Velha” não altera o quadro da educação pública ao longo de sua existência. Essa situação, no entanto, não é fruto apenas dos empecilhos colocados pelas elites ou por uma mera negligência ao longo dos anos. Ela encontra-se na base que constituiu o regime republicano.

Se o ensino primário, do qual as camadas mais humildes da sociedade tanto necessitavam, permanecia intocado e negligenciado, o mesmo não acontecia com a educação das elites. A organização do Ensino Superior, dirigida pelo poder central, permanecia desestruturada e pouco diferente daquela encontrada em tempos imperiais. Ainda assim, ela era capaz de pautar, minimamente, os conteúdos trabalhados no ensino secundário, que passava a abarcar as camadas médias em ascensão. Sobre isso, Maria Elizabeth afirma:

O ensino secundário, em especial, constituía-se em cursos preparatórios, de duração variável, unificados apenas pela função de qualificar os candidatos do ensino superior, o que lhes conferia uma certa uniformidade de conteúdo. E o ensino superior, criado há mais de um século e controlado diretamente pelo poder central, não lograva atingir a organização universitária almejada. (XAVIER, 1990, p. 83)

Mesmo com o crescimento industrial e o desenvolvimento urbano, o quadro educacional brasileiro permaneceu praticamente inalterado durante quase toda a Primeira República. Na prática, a maioria esmagadora da população permanecia analfabeta, com pouco acesso sequer à educação básica. O nível de analfabetismo era alarmante e as políticas públicas não correspondiam à real necessidade dos trabalhadores. Dentre os trabalhadores, a maior parte permaneceria analfabeta, como aponta o jornal *A Voz do Povo*:

De vinte e cinco milhões de habitantes, o Brasil tem 18.750.000 completamente analfabetos. São indivíduos que nada leem, nem mesmo um jornal: detém-se até o abecedário como os ignorantes em hieroglífica permanecem diante dos caracteres egípcios; respeitosos, submissos, admirados.

75% de completamente analfabetos! (*A Voz do Povo*, 1920, p. 02)

Não havia interesse na formação educacional da classe trabalhadora, uma vez que o trabalho fabril exigia pouca especialização e a oferta de mão de obra não especializada em abundância, como sabemos, era extremamente vantajosa à burguesia industrial da época.

José Oiticica, professor e importante militante anarquista brasileiro, resalta o problema

acentuante do ensino, questionando: “Se não há meios para comer e morar razoavelmente, menos ainda os há para estudar. Ao proletário, mesmo nos centros mais bem organizados, só chega o ensino primário, o que baste para formar operários hábeis e capazes de instrução profissional.” (OITICICA, p. 49) Assim, os operários engajados não se preocupavam apenas com o ensino primário, ler e escrever, mas também com a qualidade desse ensino. Sobre isso, na *Voz do Povo* consta o seguinte:

Só 25% sabem ler. E como leem! E o que leem! 20% no mínimo arrastam-se na leitura, têm péssima dicção, leem inexpressivamente, e deliciam-se em silabar Paulo de Kock, Montépin, Zé-Vasco, Escrich e tantos outros romancistas de mórbida imaginação.

É mister uma reação enérgica e desassombrada e firme, firme e imediata. Sem tibiezas nem vacilações. (*Voz do Povo*, 1920, p. 02)

A questão da instrução parecia afetar ainda mais as mulheres trabalhadoras. Se todos os trabalhadores possuíam pouca instrução, isso se evidenciava ainda mais para as mulheres, cujo papel social era sempre reduzido aos afazeres domésticos e aos cuidados de sua prole, enquanto aos homens, em tese, estaria incumbido o papel de gerar e gerir a riqueza da família. Isso se manifestará desde a sua infância, tendo qualquer tipo de instrução negada. Sobre isso, Margareth Rago afirma:

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela, como se poderia supor num primeiro momento. Afinal, a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem. (RAGO, 1985, p. 63)

É neste quadro perverso de dominação, com grande exploração do trabalho, péssima qualidade de vida e quase nenhum acesso à educação, que o movimento operário se constituiu no Brasil e onde nasceram perspectivas educacionais promovidas pelos próprios trabalhadores por meio de seu movimento sindical.

Sindicalismo e anarquismo no Primeiro Congresso Operário Brasileiro

É no início do século XX, em um período de profunda recessão marcado pelo ascenso das lutas, greves e revoltas, que os sindicatos operários brasileiros irão tomar maiores contornos organizativos. Farinha Neto contextualiza o período:

Por volta de 1902, a economia brasileira saía de um período de recessão. Na esteira das greves que se avolumavam, aparecem os primeiros sindicatos. Para superar a dispersão de forças trabalhosas, os grupos interessados na organização operária passam a preconizar a reunião das associações existentes. (FARINHA NETO, 2007, p. 19)

Já em outubro de 1903 surgiu no Rio de Janeiro a *Federação das Associações de Classe*, logo após uma tentativa de greve geral que, embora tenha gerado conquistas para algumas categorias, não atendeu às expectativas do movimento. No entanto, a experiência de luta aponta para a necessidade de uma maior articulação geral entre os sindicatos. Assim, durante todos os primeiros anos desta década, os trabalhadores mais engajados seguem em um esforço para articular estas associações de classe. Este esforço organizativo virá a se materializar de maneira mais significativa no *Congresso Operário Brasileiro*, em 1906.

Essa articulação, no entanto, não fora feita apenas em uma dimensão nacional. Também é notório o esforço de se criar laços com as associações de classe de outros países. Em 1904, dois portuários argentinos desembarcam no Distrito Federal brasileiro, representantes da *Federação Operária Regional Argentina* (FORA). No ano seguinte, marcado por diversas greves e comícios, surge a *Federação Operária Regional Brasileira*, com uma clara referência à FORA, que também é notada no congresso, cujo nome originalmente foi *Congresso Operário Regional Brasileiro*. A experiência organizativa da FORA sem dúvida apresentou ao operariado brasileiro elementos para se pensar em uma articulação nacional, com ferramentas de luta e organização necessárias a uma federação que envolvesse a classe trabalhadora em países de grandes proporções, como é o caso do Brasil e da Argentina.

Edgar Rodrigues comenta o Congresso:

Participaram do Congresso Operário Regional Brasileiro 43 delegados, representando 28 sindicatos operários de vários estados do país. Dezesseis destas associações eram do Distrito Federal, sendo a maioria pertencente aos ramos industriais e alguns estivadores, ferroviários, trabalhadores em trapiches e café, integrantes do setor de serviços. (FARINHA NETO, 2007, p. 26)

O congresso, realizado enfim em abril de 1906, demonstrou ser a primeira iniciativa organizacional operária no país em larga escala, tornando-se inclusive uma referência histórica para o movimento dos trabalhadores durante os anos seguintes. O evento ocorreu no *Centro Galego*, na Rua da Constituição, 30/32, localizado no centro da cidade, dos dias 15 a 20 de abril (RODRIGUES, 1979, p. 95). Apresentou entre suas resoluções finais:

Todas as teses básicas do **sindicalismo revolucionário** – neutralidade sindical, federalismo, descentralização, antimilitarismo, antinacionalismo, ação direta, greve geral, violência, etc. – estão contidas nas declarações dos congressistas, ainda que algumas delas apenas referidas de passagem. (FARINHA NETO, 2007, p. 49)

Esses apontamentos gerais são capazes de nos revelar muito sobre a estratégia utilizada pelo operariado da época. A defesa da neutralidade sindical em relação às correntes religiosas ou partidos políticos encontra-se logo na primeira resolução do Congresso:

SOBRE ORIENTAÇÃO:

TEMA

-A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade? Deverá ter uma ação política?

“Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas;

que a única base de acordo sólido e de ação representa os interesses econômicos comuns a toda classe operária, e dos mais a clara e pronta compreensão;

que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não haja lei que valha;

O “Congresso Operário” aconselha o proletariado a organizar-se em **sociedades de resistência econômica**, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela **associação de resistência**, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral. (RODRIGUES, 1979, p. 101)

Essas orientações fazem coro com a política defendida pelos trabalhadores reunidos na *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), nascida em 1864. Bakunin, em 1869, irá apontar a importância do papel dessa forma de organização e luta, e da neutralidade sindical, em *A Política da Internacional*:

Pensamos que os fundadores da Associação Internacional agiram com uma grande sensatez ao eliminar, desde o início, todas as questões políticas e religiosas do programa desta associação. (...) Se tivessem erguido a bandeira dum sistema político ou antirreligioso, longe de unir os trabalhadores da Europa, eles teriam se dividido ainda mais (...). (BAKUNIN, 1979, p. 55)

É a partir da experiência de luta e organização no interior da AIT que Bakunin irá amadurecer sua compreensão de sindicalismo e elaborar, de maneira mais sólida, uma estratégia sindical. Dessa forma, a adoção da neutralidade sindical, encontrada desde os documentos de fundação da AIT, será objeto de reflexão pelos membros da *Aliança Internacional da Democracia Socialista* (ADS) – organização que Bakunin integrava – e passa a se configurar como uma estratégia defendida por diversos militantes anarquistas ao longo da história do movimento operário.

Vemos que grandes semelhanças podem ser encontradas entre as resoluções do *Primeiro Congresso Operário* e a defesa da neutralidade sindical encontrada no interior da AIT.

Expandida para diversos países e associações, podemos considerar a experiência da *Confederação Geral do Trabalho francesa* (CGT), ainda em fins do século XIX, como uma daquelas determinantes para o amadurecimento da estratégia do sindicalismo revolucionário. Na Carta de Amiens, documento no qual a Confederação declara seus princípios, é afirmado que “A CGT agrupa, fora de toda escola política, todos os trabalhadores conscientes da luta a conduzir para o desaparecimento do salariado e do patronato” e conclama a “todos os trabalhadores, quaisquer que sejam suas opiniões ou suas tendências políticas ou filosóficas, um dever de pertencer ao grupamento essencial que é o sindicato.” (PELLOUTIER, 2013, p. 17)

Ao comentar a influência do pensamento de Bakunin nesta associação, Gaston Leval afirma que pelo “menos, os pensamentos que ele emitiu são os que presidiram à constituição e à orientação desse movimento. E sem pensamento, sem doutrina, a atividade conduz aos cimos do mesmo modo que conduz aos abismos.” (LEVAL, 2007, p. 44)

De maneira semelhante, podemos entender que a CGT francesa exerceu uma influência significativa no *Primeiro Congresso Operário Brasileiro*. Rogério de Castro ressalta essa inspiração:

Dentre os princípios do sindicalismo revolucionário reivindicados pela CGT que podemos verificar nas resoluções do I COB, destacamos a defesa da ação direta enquanto modelo de relação a ser estabelecido entre os sindicalizados e seus organismos de classe, assim como a ênfase dada à questão econômica em detrimento da partidária. (CASTRO, 2014, p. 99)

Fernand Pelloutier, militante anarquista que participou da CGT desde sua fundação e se tornaria uma das figuras mais marcantes, escreve em 12 de dezembro de 1899:

Peço, em segundo lugar, aqueles que, como nossos camaradas de *Homme Libre*, pensam diferente de nós em relação ao futuro das uniões operárias, a neutralidade benevolente a qual temos direito, e toda a tenacidade e todo ardor dos quais são capazes 'aqueles que admitem, em diversas proporções, a utilidade da organização sindical. (PELLOUTIER, 2013, p. 27)

Podemos então traçar um histórico da constituição do sindicalismo revolucionário como uma importante estratégia defendida e construída por diversos anarquistas. Felipe Corrêa afirma que

(...) pode-se sustentar que o berço do sindicalismo revolucionário é a AIT e que as experiências dos anos 1870 e 1880 não se diferenciam significativamente do sindicalismo revolucionário que seria praticado e defendido pela CGT nos anos 1890. Assim, as origens do sindicalismo revolucionário estariam na AIT e nas experiências sindicais que tomaram corpo, dentro de uma perspectiva revolucionária, na Espanha, em Cuba, nos EUA e no México, independente do termo “sindicalismo revolucionário”, que apareceria somente na França anos mais tarde. (CORRÊA, 2011, p. 61)

Assim, a experiência de luta da CGT francesa influenciaria diversas iniciativas ao redor do mundo. Corrêa ainda afirma: “O modelo sindicalista revolucionário da CGT francesa, a partir de 1895, fortalecido em 1906, inspirou organizações como a CGT portuguesa, a COB brasileira e outras, em países como Japão, Moçambique”. (CORRÊA, 2015, p. 275)

No Brasil, tal influência se expressaria decisivamente no *Primeiro Congresso Operário*, o que podemos inferir a partir de suas resoluções e publicações. Embora, como foi dito, tenha também havido uma influência organizativa da FORA no *Congresso Operário*, podemos aqui perceber uma

diferença entre a estratégia adotada por esta que a distingue daquela optada no Congresso. Em um momento anterior, o anarquismo e o sindicalismo construído na Argentina tornam-se tão íntimos que passam a conjugar completamente entre si. Assim, a FORA assumiria o contorno próprio do anarco-sindicalismo, abandonando em suas instâncias internas a neutralidade sindical defendida pelo sindicalismo revolucionário e vinculando seu posicionamento ideológico à política da federação. Felipe Corrêa narra brevemente este processo:

No III Congresso de 1903 a FORA rejeita o socialismo reformista e nos fins de 1904 busca conjugar sindicalismo e anarquismo. No V Congresso de 1905 (...) a aprovação congressual que endossa uma vinculação consciente e explícita ao anarquismo, incentivando sua difusão, e o finalismo determinado pelo comunismo anarquista, evidenciam, para mim, o anarco-sindicalismo da FORA. (CORRÊA, 2011, p. 84/85)

Por anarcossindicalismo entendemos aqui uma estratégia que vincula explicitamente o espaço social dos sindicatos e o espaço organizativo político da ideologia anarquista. “Acredito que o termo anarco-sindicalista se aplica mais aos anarquistas que defendiam esse vínculo explícito e consciente do sindicalismo com o anarquismo, do que aos anarquistas que defendiam a atuação nos sindicatos”. (CORRÊA, 2011, p. 84/85)

É importante ressaltar que para além dessa diferença fundamental, a maior parte das estratégias de luta sindical eram comuns entre o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo. Jacques Toublet reforça esse argumento: “Visto que em outros grandes temas as duas organizações juntavam-se: luta de classes, duplo trabalho reivindicativo e revolucionário, necessidade da luta cotidiana, independência e autonomia, ação direta até a greve geral, autogestão coletiva pelo sindicato.” (PELLOUTIER, 2013, p. 126)

Ainda que ambas estratégias carreguem diversos pontos em comum no que tange à luta sindical, diferentemente da FORA, os operários reunidos no Congresso defendiam claramente uma diferenciação entre o espaço sindical e o espaço partidário. Rogério de Castro enfatiza que “em nenhum momento a direção da *Confederação Operária Brasileira*, criada em 1908 a partir dos debates realizados no Centro Galego em 1906, assumiu publicamente o anarquismo como orientação daquela entidade.” (CASTRO, 2014, p. 99)

É importante ressaltar essa diferença, pois frequentemente o movimento operário brasileiro na Primeira República é tomado pela alcunha de anarco-sindicalista, simplesmente por conter em seu seio uma predominância significativa de militantes anarquistas. “E entendo que é nessa diferença – no nível de vinculação explícita e consciente do sindicalismo ao anarquismo –

que se dá a diferença entre sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo.” (CORRÊA, 2011, p. 82). Corrêa também alerta que

chamar o que houve no Brasil de anarco-sindicalismo e todos os anarquistas que atuavam nos sindicatos de anarco sindicalistas é certamente um equívoco, que vem sendo muito cometido ao se tratar da história brasileira do movimento operário. No entanto, isso não significa, em momento algum, que o sindicalismo revolucionário deve ser afastado ou desvinculado do anarquismo (...). (CORRÊA, 2011, p. 86)

A partir da orientação de agrupar no meio sindical todos os trabalhadores, independentemente de corrente ideológica, é evidente que defensores de outras matrizes políticas que não o anarquismo se inseriram nesses espaços de organização. No entanto, tal fato não deve ofuscar o papel do anarquismo como impulsionador deste projeto.

Percebemos, inclusive, que os pressupostos estratégicos defendidos pelos sindicalistas revolucionários conviveram com aqueles reivindicados pelos anarco-sindicalistas. Algumas associações presentes no Congresso, como a *Federação Operária de Santos*, defenderia a adesão explícita dos sindicatos ao anarquismo. Samis comenta que:

No meio organizacionista, que em tese aceitava o sindicalismo como campo tático, ainda assim não havia unanimidade. Partilhavam dessa posição duas correntes: uma, a qual estava filiado Neno, sempre fiel a Malatesta, que defendia a neutralidade dos sindicatos e a não subordinação destes ao anarquismo ou a qualquer doutrina social; e outra que, apoiada em experiências como o FORA do V Congresso, na qual o anarquismo havia tacitamente sido recomendado como ideologia aos congressistas, via no “finalismo” uma atitude mais consequente”. (SAMIS, 2009)

A opção adotada pelo *Congresso Operário Brasileiro*, portanto, parece pender significativamente para a estratégia do sindicalismo revolucionário.

Portanto, à partir das resoluções do Congresso aqui observadas, podemos entender que este marca a opção por parte significativa do movimento operário organizado naquele espaço pela estratégia do sindicalismo revolucionário de neutralidade sindical, unindo os trabalhadores em torno das lutas econômicas e adotando a ação direta como uma ferramenta política de luta para sua futura emancipação.

Ainda que outras formas de concepção da estratégia sindical continuassem a existir no movimento operário, estas não possuíram força predominante nesse momento. Corrêa afirma que “O debate entre sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas, distintamente, teve alguma importância, ainda que os primeiros tenham sido hegemônicos em todo o período”. (CORRÊA, 2015, p. 250)

Outro desdobramento do Congresso foi a criação de um jornal, que passa a circular dois anos depois, sob o nome de *A Voz do Trabalhador*. Em seu primeiro número, ele intitula-se “órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário, exposto e difundido sempre que se apresentou oportunidade e não faltaram meios”. Ainda neste número, o jornal afirma que como “meio prático, como método de luta para alcançar tal *desideratum*, adotará e usará o **sindicalismo revolucionário**” (*A Voz do Trabalhador*, 01/07/1908. nº 01, p. 01)

Os esforços anarquistas dessa época voltaram-se predominantemente para o fortalecimento da organização geral da classe, que além da luta por melhorias imediatas, obteve avanços organizativos e estratégicos. Dentre esses, um dos elementos diretamente relacionado ao que iremos tratar aqui foi a construção de uma identidade de classe e formação de uma cultura operária construída a partir de suas próprias forças.

Veremos então, ao longo da história da COB, e mais especificamente da FORJ, como estas seguiram ao longo de sua trajetória de luta sua orientação sindicalista, já refletindo como isso relaciona-se ao projeto educacional que se constrói em seu seio.

Hugues Lenoir demonstra como a questão da educação se constituía como um dos pilares no projeto sindicalista revolucionário: “A educação é um dos elementos precursores e fundadores – desde há muito em gestação na reflexão operária –, que se reencontrará naturalmente no pensamento sindicalista revolucionário, pois ele será um dos motores da sociedade futura.” (LENOIR, 2007, p. 26)

No Brasil, o debate sobre educação já aparece no *Primeiro Congresso Operário* como um dos temas centrais a ser levado pelos sindicatos:

TEMA

-Conveniência de que cada associação operária sustente uma escola laica para os sócios e seus filhos, e quais meios que se deve lançar mão para esse fim?

“Considerando que o ensino oficial tem por fim incluir nos educandos ideias e sentimentos tendentes a fortificar as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que os

próprios operários interessam-se em formar livremente a consciência de seus filhos;

O “Primeiro Congresso Operário Brasileiro” **aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber, sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não puderem sustentar escolas, deve a Federação local assumir o encargo.** (RODRIGUES, 1979, p. 109)

Assim, a orientação pela criação de escolas encontrava-se desde os primeiros espaços de organização mais amplos da classe trabalhadora. Ali vemos uma crítica contundente à educação tradicional, bem como a defesa de um outro modelo de educação. Rossi, educador e agrônomo anarquista, enfatiza esse aspecto ao descrever o congresso:

Irredutivelmente anti-guerreiro, colocava uma educação laica para os seus filhos, desejando que o camponês, o colono e as mulheres formassem ao seu lado, em pé de igualdade, como companheiros, no combate ao longo horário de trabalho, para eles, forma desumana de exploração, de embrutecimento – fonte de vícios e desempregos (RODRIGUES, 1979, p. 118).

Esse posicionamento também se mostra herdeiro daqueles defendidos na *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Em seu primeiro congresso, realizado em Genebra em 1866, já demonstra alguns apontamentos prévios sobre a concepção de educação que passa a amadurecer na Associação. A partir de uma profunda crítica social à exploração capitalista vigente, principalmente em relação às crianças e mulheres proletárias, o congresso defende que “o ensino profissional deve ser teórico e prático para que não forme uma aristocracia com instrução especial” (MORAES, p. 860), além de defender a separação entre Igreja e Estado e exclusão da educação religiosa. Também vemos uma rica crítica à organização escolar desenvolvida no período.

É no segundo congresso, que ocorre em Lausanne em 1867, que essas ideias passam a maturar de maneira mais sólida, defendendo-se claramente a posição de defesa de uma instrução integral, da organização de escolas oficinas, e apontando a noção de uma “educação gratuita” como uma profunda contradição. Nesse último ponto, novamente vemos uma forte influência do pensamento libertário: “Essas considerações acompanham o pensamento de Proudhon quando afirma que a educação não é gratuita pois é paga com os impostos recolhidos de toda a população, pois ‘não há e não pode haver nada de gratuito que não seja pago por ninguém’”. (MORAES, p. 862)

O congresso também debate a integração entre a educação manual e intelectual, também defendida por Proudhon, que tem como fim uma educação que não mais divida a sociedade entre possuidores e explorados. Além disso, também é defendida uma reforma ortográfica e a aspiração de uma linguagem universal.

Já no terceiro congresso, realizado em 1868 na cidade de Bruxelas, a instrução integral torna-se um dos principais pontos de debate e, ainda que suas resoluções apontem para a impossibilidade de uma instrução integral plenamente realizável dentro do sistema capitalista vigente, os esforços para a construção de iniciativas educacionais pautadas pela instrução integral claramente passam a nortear as perspectivas do movimento. “(...) nesse congresso foram apresentadas uma série de documentos das seções participantes que defendiam a instrução integral e a relacionavam com a revolução. Esse aspecto da indissociabilidade entre revolução e educação também é encontrada em Proudhon (...)” (MORAES, p. 846)

A partir dos debates e experiências no contexto da AIT, outras iniciativas vigoraram entre fins do século XIX e o século XX, como o orfanato de Prévost em Cempuis na França dirigido pelo próprio Paul Robin (1880-1894), “L’Avenir Social” de Madeleine Vernet (1906-1944), “La Ruche” de Sébastian Faure (1904-1917), Escuelas Modernas na Espanha, a “Iasnaia Poliana” de Liev Tolstói na Rússia (1859-1862), dentre muitas outras.

O movimento operário brasileiro, sob essas influências, passa a seguir uma linha de atuação semelhante. Em setembro de 1906, mesmo ano do Primeiro Congresso, e como consequência deste, é fundada a *Federação Operária do Rio de Janeiro* (FORJ), que passa a agregar diversas associações de classe presentes no estado. No ano seguinte, vemos que a nova articulação não só tratou de encontrar um espaço para sua sede, como já iniciava experiências educativas para com os trabalhadores:

Por iniciativa dos carpinteiros, pedreiros e anexos, alugou-se um enorme salão, “obra de unificação operária”, para abrigar as sociedades federadas e a própria Federação Operária. A imprensa descreveu a inauguração do lugar, em setembro de 1907:

“O salão, profusamente iluminado por ... lâmpadas elétricas, apresentava um belíssimo aspecto, vendo-se aqui e ali, pregados nas paredes, jornais operários de todos os países. Nas carteiras da escola que funcionava por conta dos carpinteiros, nas mesas, nos bancos e nas cadeiras era enorme a quantidade de jornais e folhetos que ali se viam”

Além das escolas e da biblioteca, foi criado um grupo de teatro na sede das classes operárias. (FARINHA NETO, 2007, p. 39)

Diversas experiências escolares existiram durante essa época no Brasil, inclusive antes mesmo do Primeiro Congresso Operário. O anarquista Pedro Matera funda em 1903 a *Escola Operária 1º de Maio*, em Vila Isabel, no Rio de Janeiro, que ainda que conte com descontinuidades, chega até o início da década de 1930 e possui vínculos estreitos com o sindicalismo fluminense. No mesmo ano, é fundada a *Escola Libertária Germinal* em São Paulo. Em 1904, é organizada a Universidade Popular no Rio de Janeiro. A iniciativa, que conta com diversos anarquistas entre seus colaboradores, apesar de sua breve duração teve um papel importante para a articulação libertária.

Outras escolas foram surgindo pelo Brasil neste primeiro arco de organização operária, incorporando diversas referências no campo do sindicalismo e do anarquismo. São exemplos a *Escola Elisée Reclus*, em Porto Alegre (1906); a *Germinal*, no Ceará (1906); e a Escola Moderna no Ceará (1911).

O movimento também passa a criar estruturas mais sólidas de organização da classe. Em março de 1908, constitui-se então a Confederação Operária Brasileira (COB), com o objetivo de articular as lutas operárias em nível nacional. A COB consegue agregar em seu interior 50 associações de classe, sendo 14 destas pertencentes à FORJ. Rodrigues salienta:

É de ressaltar entre os temas discutidos no “1º Congresso Operário Brasileiro”, a aprovação da Confederação Operária Brasileira”, cuja atuação foi votada para funcionar em 1908. Inspirada nos moldes da C.G.T. francesa, então fiel ao Sindicalismo da Primeira Internacional, ficou provisoriamente com sede na rua do Hospício, 156, no Rio de Janeiro, sendo indicado seu secretário -geral, Ramiro Moreira Lobo. (RODRIGUES, 1979, p. 115)

O período que se segue é marcado por um grande avanço organizativo e de mobilização por parte dos operários. Veremos como esses fundamentos gerais desenvolvem-se ao longo do sindicalismo brasileiro na Primeira República, encontrando-se presentes nas experiências às quais pretendemos nos debruçar.



Figura 1: 1º Congresso Operário Brasileiro. Fonte: RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária. p. 49.

O segundo e o terceiro congresso em meio às lutas sociais

A primeira década do século XX é marcada por diversas lutas operárias, acompanhadas pelo crescimento da organização dos trabalhadores até o seu final. Em 1909 ocorre uma grande greve na fábrica Confiança, em Vila Isabel, em março, e uma greve dos gasistas da Light, em julho. O 1º de Maio deste ano também é marcado por uma movimentação contra a execução do educador libertário espanhol Francisco Ferrer y Guardia. No Brasil, assim como em diversas partes do mundo, os trabalhadores acompanharam o caso e se mobilizaram em apoio à Ferrer. Em outubro os operários cariocas saíram em protesto contra o seu fuzilamento, em uma manifestação que contou com mais de 5.000 pessoas.

Essas experiências de luta abrirão caminho para uma década marcada por um sentimento de indignação e revolta, onde o movimento operário alcançaria novos contornos organizativos e cumpriria um papel central na transformação da sociedade brasileira.

A partir de 1912, após um curto período de refluxo, os sindicatos retomariam um enérgico processo de reorganização. Assim, mesmo com diversos obstáculos, é realizado com sucesso o *Segundo Congresso Operário Brasileiro*. Ocorrido nos dias 7 a 13 de setembro de 1913, fora organizada no Rio de Janeiro, na sede da COB e da FORJ: “Fizeram-se representar duas federações estaduais, cinco federações locais, 52 sindicatos, centros ou ligas e quatro jornais, totalizando 117 delegados. Houve, também, um enviado das organizações argentinas e uruguaias. Do Rio de Janeiro, além da Federação, compareceram 18 sociedades” (FARINHA NETO, 2007, P. 60).

Podemos ver então um grande salto do primeiro para o segundo congresso operário, que não deve ser entendido apenas em seu sentido quantitativo, que dobra de volume, mas também no campo organizativo da classe. Mais associações de classe se fazem presentes, pois mais trabalhadores passaram a se organizar e trataram de se articular através do congresso. A presença de federações já estabelecidas – pois no Primeiro Congresso ainda não estavam formadas – possivelmente contribuiu de maneira decisiva neste processo, articulando e fortalecendo os sindicatos em nível local ou estadual.

O Congresso mantém as linhas gerais apresentadas em seu antecessor, como a defesa da ação direta, da greve geral, e da neutralidade sindical:

TEMA:

- Sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação econômica e social, quais devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade, ou os do socialismo anarquista?

“O “Segundo Congresso Brasileiro”, tomando em consideração as resoluções adotadas pelo “Primeiro Congresso”, sobre a orientação que à organização convém seguir em face da política especial de um partido: aconselhando-a, se manter inteiramente no terreno da ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo, para a garantia e conquista dos direitos econômicos que ligam estreitamente os trabalhadores, divididos pelas suas opiniões políticas, religiosas e sociais” (RODRIGUES, 1979, p. 128).

A educação também é tema de grande destaque nesse congresso, onde os trabalhadores refletem sobre a instrução que a classe trabalhadora recebe no capitalismo, denunciando a ação da burguesia, do Estado e da Igreja nesse processo:

TEMA:

-Educação e instrução das classes operárias:

“Considerando que a instrução foi, até uma época recente, evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, que visavam manter o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade; para melhor explorá-lo e governá-lo; considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas doutrinas positivistas e nas teorias materialistas sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfoseiam a ciência segundo os convencionalismos da sociedade atual; centralizando a instrução, tratando de ilustrar o operariado sobre

artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que frequentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que formam o civismo ou a religião do Estado (RODRIGUES, 1979, p. 138/139);

Considerando enquanto “ensino místico” não apenas aquele professado pela Igreja, mas também aquele carregado pelos ideários liberais e burgueses, o Congresso também enfatiza o desserviço que o modelo tradicional de educação causa às classes populares:

considerando que esta instrução é ministrada juntamente com a educação prática de modalidades que estão em harmonia com a instrução aplicada;

considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais ampla ignorância; e que consolidam, com mais firmeza, todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade;

considerando que este ensino baseia-se no sofisma afirmando-se no misticismo e na resignação (RODRIGUES, 1979, p. 138/139);

Assim, suas resoluções apontam para a necessidade dos próprios trabalhadores assumirem as rédeas de seu próprio projeto educacional para si, bem como a de seus filhos:

O “Segundo Congresso Operário Brasileiro”, aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípios o método racional e científico, em contraposição ao ensino místico e autoritário, promovam a criação e divulgação de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, revistas, jornais; criando conferências e prelações, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros e folhetos (RODRIGUES, 1979, p. 139).

Reafirmando, assim, as resoluções do Congresso anterior, o Segundo Congresso fomenta a criação de escolas e outras práticas educativas pelos trabalhadores. Fica claro que a partir do Segundo Congresso a quantidade de iniciativas escolares impulsionadas pelo movimento operário cresce exponencialmente. São exemplos: a escola da *União Operária de Franca* em São Paulo (1912); da *Liga Operária de Sorocaba* (1921), da *União Operária de Livramento*, no Rio Grande do Sul (1912), as *Escolas Modernas nº 1 e nº 2*, em São Paulo (1912), *Escola Moderna*, em Petrópolis (1913); a *Escola de Ensino Racionalista*, no Rio Grande do Sul (1914), a *Escola dos Operários da Construção Civil*, em Pernambuco (1914); *Escola Moderna da Sociedade da Luz*, em Bauru, São Paulo (1914); *Universidade*

Popular de Cultura Racional e Científica em São Paulo (1915); a Escola Moderna, Instituto de Educação e Ensino Racionalista, no Rio Grande do Sul (1919); e a Escola Racional Francisco Ferrer em Belém do Pará (1919).

Concomitantemente, também dá suporte para outras ferramentas de luta, entendendo uma complementariedade entre os dois movimentos. Com o maior fluxo de movimentação por parte dos operários, diversas manifestações e comícios no Brasil marcam este ano.

Outra mobilização significativa de 1913 foi causada pela inflação. Um Comitê Contra a Carestia, presidido pelo advogado Caio Monteiro de Barros, promoveu reuniões preparatórias nas quais fizeram-se representar a FORJ e a COB. (...) No Rio de Janeiro, realizaram-se 15 comícios e, em março, quando a agitação tinha tomado caráter nacional, a COB, de acordo com a Federação, patrocinou comícios simultâneos em várias cidades dos Estados. (FARINHA NETO, 2007, P. 59)

Nos anos que se seguem, o encarecimento do custo de vida provocado pela Primeira Guerra Mundial foi respondido com uma série de mobilizações. A tática adotada pelo movimento operário foi de voltar a organizar comícios e atos públicos, dessa vez pautando mais a questão da falta de empregos, tão urgentes naquele momento. Segundo a FORJ, “remete-se aos ramos têxtil e da construção civil como os mais atingidos.” (ADDOR, 2002, p. 114)

Todos esses trabalhos de organização, propaganda e instrução parecem render um resultado considerável. Assim, o final da década de 1910 contou com uma efervescência política significativa, carregada de greves, manifestações e confrontos. Segundo Carlos Addor, o ano de 1917 “marca o início da conjuntura, que se prolongaria até 1920, de maior ascenso do movimento operário brasileiro em toda a Primeira República.” (ADDOR, 2002, p. 115)

São Paulo viveria um momento histórico para os trabalhadores com a eclosão de uma grande greve geral em 1917, que viria a influenciar determinantemente os militantes de outros estados nos anos que se seguem, principalmente na capital federal. Em julho do mesmo ano, estoura a greve geral carioca.

Mesmo com as prisões e com o fechamento de diversas associações, a repressão do Estado brasileiro não seria capaz de pulverizar as movimentações dos trabalhadores. Os militantes construiriam novas instâncias organizativas e prosseguiriam com suas greves e manifestações, que nesse momento só viriam a aumentar. Em julho de 1918, Niterói se tornaria palco de uma importante greve dos marítimos marcada por uma forte radicalização. Durante os últimos meses de 1918, um longo processo de expansão do movimento grevista que agrega cada vez mais

categorias de trabalhadores em luta, desembocando em uma nova greve geral com um ascenso insurrecional.

No primeiro semestre de 1919 ocorrem novamente diversas greves operárias. Mas antes mesmo que as negociações se finalizassem, diversas outras categorias em greve alcançaram rapidamente alguns dos principais objetivos que estavam na pauta do movimento operário há décadas. A partir desse processo de agitação operária, os trabalhadores podiam vangloriar-se de diversas conquistas obtidas através da luta e organização sindical, alcançando o direito a oito horas de trabalho, assim como aumentos de salário.

Outras conquistas relevantes foram alcançadas nesta época, como o “Código Sanitário de 1919 proibia o trabalho de menores de catorze anos e o trabalho noturno para as mulheres, reivindicações incluídas nas demandas da greve de 1917”. (RAGO, 1985, p. 69) O Código Sanitário também previa o direito à licença-maternidade, que seria estendido quatro anos depois: “Em 1923, o Regulamento Nacional de Saúde Pública facilitava a licença-maternidade pelo prazo de trinta dias, antes e após o parto, e propunha a criação de lugares apropriados para a amamentação nos locais de trabalho.” (RAGO, 1985, p. 69/70)

É sempre muito caro aos militantes operários da época lembrar o custo dessas conquistas alcançadas com sangue e suor dos trabalhadores. Entendendo assim, a importância de manter e fortalecer as lutas sindicais, o movimento operário viveria em 1919 um momento de reorganização. A UGT continuaria fechada e os militantes que participaram das revoltas de 1918 continuariam perseguidos, mas de maneira análoga ao ano anterior, os operários não demorariam a reestabelecer suas estruturas organizativas.

Farinha Neto afirma que “em parte devido à continuação da vaga ascensional do movimento operário que, em 1919 atingira seu auge, meses depois um juiz impronunciava os acusados, os sindicatos voltavam a funcionar e, em lugar da UGT, surgia a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro” (FARINHA NETO, 2007, P. 79). Segundo ele, a FTRJ agregava 16 associações em junho e chega a mais de 100.000 aderentes.

Ao passo que esse clima revolucionário se espalha pelo mundo, as forças capitalistas articulam-se em nível internacional para tentar estabilizar a situação. Em 1919, o *Tratado de Versalhes* criou a *Organização Internacional do Trabalho*, que tem como fim criar medidas que amenizem as contradições entre capital e trabalho. Farinha Neto cita alguns exemplos dessas iniciativas: “No Brasil, é promulgada, em janeiro, a Lei de Acidentes de Trabalho. Ainda no primeiro semestre, são tomadas algumas medidas de garantia aos operários estatais, como a concessão das oito horas de trabalho no Lóide Brasileiro e outras companhias” (FARINHA NETO, 2007, P. 81).

No entanto, a maior parte do movimento operário da época, adepta da ação direta, não se seduziria com as pequenas concessões, que pouco mudariam a realidade da maior parte dos trabalhadores, sobretudo de seus setores mais precarizados. As táticas adotadas pelo movimento operário continuariam a ser mantidas, e seus resultados vão mostrando-se efetivos.

Enquanto isso, a FTRJ dedica-se à preparação do *Terceiro Congresso Operário*. O evento toma proporções ainda maiores que os anteriores.

O Congresso reuniu-se de 23 a 30 de abril, com a participação de 150 delegados, representando 85 organizações operárias. Do Rio de Janeiro, havia 72 representantes de 39 associações. O encontro reafirmou, em linhas gerais, as decisões dos congressos de 1906 e 1913, procurando adaptá-las à nova situação criada pelo conflito mundial e a Revolução Russa. (FARINHA NETO, 2007, p. 89)

Podemos perceber um aumento significativo de associações e delegados em relação aos Congressos anteriores, o que ilustra novamente um crescimento da organização e mobilização operária no período. As linhas estratégicas do Congresso pareceram manter-se as mesmas: a defesa da ação direta, da neutralidade sindical, da greve geral ou parcial, luta pela igualdade, etc.

O Terceiro Congresso também manteve essa linha em relação às escolas operárias. Dentre os “Temas e ordem do dia”, houve um tópico denominado “Educação e instrução”, que encontra entre as suas propostas a defesa de criação das “escolas operárias. Meio de manter e desenvolver com a orientação racionalista” (RODRIGUES, 1979, p. 162).

Outro tópico, “Educação Associativa”, enfatiza a “Necessidade de uma firme ação no seio dos sindicatos, a fim de intensificar os operários com a vida associativa, fazendo com que compreendam os fins a que se destina a luta sindical” (RODRIGUES, 1979, p. 164).

Suas resoluções deixam-nos bem claras que as orientações gerais defendidas nesse Congresso são herdadas dos congressos anteriores, adaptando-as ao momento conjuntural ao qual viviam os trabalhadores:

a) – “Orientação e finalidade” – o “3º Congresso Operário Brasileiro”, tendo em vista as condições particulares aos meios operários do Brasil, reafirma em suas linhas gerais as declarações sobre orientação feitas nos Congressos de 1906 e 1913; por outro lado, porém, examinando e ponderando a situação histórica do fato em que se encontra o proletariado mundial, neste momento. Julga necessário estabelecer, em termos precisos, um critério fundamental, positivo e realista, pelo qual deverão orientar-se todas as organizações, todas as lutas e todos os esforços

O *Terceiro Congresso Operário* também reafirma a orientação educacional aqui debatida, estimulando e orientando os trabalhadores e suas entidades acerca da importância da luta operária. Dessa forma, dá luz ao caráter educacional que as associações possuem para a vida dos trabalhadores:

d) – “Educação Sindical” – O “3º Congresso Operário”, constando que pela feição de luta de classe, anticapitalista do movimento associativo proletário, o embate dos princípios relacionados com as questões próprias aos seus problemas se verificam e não podem senão contribuir para o esclarecimento mútuo e para a educação social do proletariado, o Congresso aconselha, entretanto, os trabalhadores a contribuírem para que nas associações se mantenha um ambiente de tolerância coletiva, evitando as questões puramente pessoais e atitudes agressivas, fazendo com que no regime de livre exame, possam os obreiros associados alimentar uma mentalidade consentânea com a luta em prol de sua emancipação (RODRIGUES, 1979, p. 166).

Aqui percebemos a importância dada pelo conjunto do movimento operário à dimensão educacional que a vida em associação trazia para os trabalhadores. O constante e árduo trabalho de organizar e mobilizar as diversas categorias de trabalho, as assembleias e reuniões, carregariam consigo um elemento pedagógico fundamental, do qual abordaremos mais adiante.

Não obstante, vemos como diversas escolas continuam sendo fundadas nesse período. Após o Terceiro Congresso, temos: a *Escola Joaquim Vicente*, em São Paulo (1920), a *Nova Escola* no Rio de Janeiro (1920), a *Escola Profissional* da União dos Operários em Fábricas de Tecidos no Rio de Janeiro (1920), a *Escola Livre*, da mesma associação, em Petrópolis, Rio de Janeiro (1920), o *Centro Feminino Jovens Idealistas* em São Paulo (1920), a *Escola da União Operária da Construção Civil* no Rio de Janeiro (1920), a *Escola Operária Secundária* no Ceará (1920), o *Grupo Escolar Carlos Dias* na Bahia (1920), a *Escola da Liga Operária da Construção Civil* de Niterói, Rio de Janeiro (1921), *Escola Forja* em Niterói, Rio de Janeiro (1923); e a *Escola Agripino Nazareth* em Morretes, São Paulo (1923).

Conclusão

Vemos que a estratégia educativa defendida pelas associações de classe caminhava em comunhão com sua estratégia sindicalista. Nesse sentido, percebemos a importância da incidência da estratégia do sindicalismo revolucionário nas lutas sindicais do período. A partir da luta por

direitos e demandas concretas para os trabalhadores, a experiência adquirida por estes lapidam o caminho para a transformação social. Dessa forma, como vimos, a própria experiência de organização sindical carrega consigo uma dimensão pedagógica intrínseca. A educação é pensada em um sentido amplo, e a luta por melhorias sociais é também uma ferramenta pedagógica dos trabalhadores.

Outro elemento marcante é que quase a totalidade desses trabalhadores eram analfabetos, e os que não o eram, possuíam parca instrução. A educação básica reivindicada pela e para a classe trabalhadora era uma demanda concreta, que afetava diretamente a vida de cada trabalhador e cada trabalhadora.

O papel que as escolas operárias cumpriram, portanto, se dava em dois planos. O primeiro estava diretamente relacionado a uma demanda concreta de instrução dos trabalhadores. Nesse sentido, mais pragmático, o objetivo da escola estava relacionado às diversas formas com que os sindicatos trabalhavam coletivamente para contribuir em com a minimização dos problemas vividos pelos trabalhadores. Nesse caso, a demanda de instrução dos trabalhadores.

Concomitantemente, a escola tinha uma clara proposta de envolver os trabalhadores na vida sindical, servindo como espaço de conscientização e reflexão acerca de sua realidade social. Nesse sentido, era obviamente tático para a luta sindical agregar trabalhadores que pensavam e agiam em torno de suas demandas sociais. Visava cumprir, assim, um objetivo estratégico de formar militantes para cerrar fileiras no sindicato. Ou seja, a escola também era entendida como mais uma ferramenta de acúmulo de força social para o sindicato.

Dessa forma, essas iniciativas educacionais transformavam concretamente a realidade social por eles vivida, tanto com a coletivização de saberes básicos, quanto com a construção dessa consciência de classe em torno da necessidade de uma transformação radical da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, Carlos Augusto. “A insurreição anarquista no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

BAKUNIN, Mikhail. O Socialismo Revolucionário. Global Editora: São Paulo, 1979.

CASTRO, Rogério Cunha de. “Nem Prêmio, Nem Castigo! A Escola Moderna Como Ação Revolucionária dos Sindicatos Operários Durante a Primeira República. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2014.

CORRÊA, Felipe. Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2011.

_____, Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo. Editora Prismas. Curitiba, 2015.

FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”. Achiamé. Rio de Janeiro, 2007.

LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”. Editora Imaginário, São Paulo. Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

LEVAL, Gaston. “Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário”, BAKUNIN, Mickhail. “A Dupla Greve de Genebra”. Editora Imaginário, Faisca Publicações Libertárias. São Paulo, 2007.

LOPREATO, Christina R. “O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917”. Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1996.

MORAES, Joés Damiro. “Leituras que recomendamos – o que todos devem ler”: impressos didáticos e ensino de história nas escolas anarquistas. In: Cadernos de História da Educação – v. 12, n. 1 – jan/jun. 2013

_____. “Mikhail Bakunin e a Educação na AIT: Notas sobre a Instrução Integral”. No prelo.

NAGLE, Jorge. “Educação e Sociedade na Primeira República” 2ª Ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2001

OITICICA, José. “Ação Direta”. Editoria Germinal. Rio de Janeiro, 1970.

OITICICA, José. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. Editora A Batalha. Lisboa, 1976.

PELLOUTIER, Fernand. “O Anarquismo e os Sindicatos Operários”. Editora Imaginário. São Paulo, 2013.

RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar (Brasil 1890-1920)” Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. Mundo Livre. Rio de Janeiro, 1979.

SAMIS, Alexandre. “Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SAVIANI, Demerval. “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Voz do Povo. Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral.

Rio de Janeiro, 1920. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720003&pasta=ano%20192&pesq=>>.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. “Capitalismo e Escola no Brasil”. Papyrus: São Paulo, Campinas, 1990.

